



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de março de 2019

	Página
Comentário de Desempenho	2
Relatório do Auditor Independente	5
Informações Trimestrais:	
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	13
Anexo: Demonstrações dos Resultados Abrangentes	35
Relação dos Administradores	36
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

**BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Comentário de Desempenho às Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 31 de março de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$73.264 (R\$172,53 por ação ordinária e R\$189,78 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$146,65 por ação ordinária e R\$161,31 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.236 milhões em 31 de março de 2019, apresentando evolução de 4,0% em relação a R\$1.189 milhões em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido apresentado no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$38 milhões (31/03/2018 - R\$43 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2019, os ativos totais atingiram R\$11.732 milhões e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$9.930 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.118 milhões, representam uma carteira líquida de R\$8.812 milhões.

Em 31 de março de 2019, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$2.723 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.321 milhões e letras financeiras em R\$4.085 milhões.

Evento Subsequente**Destaque de Dividendos**

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o destaque de dividendos no valor de R\$31.534 (R\$74,2597 para ações ordinárias e R\$81,6857 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento será realizado em até 60 dias contados a partir da data de deliberação.

Conjuntura Econômica

De maneira geral, os preços dos ativos financeiros brasileiros encerraram o primeiro trimestre de 2019 com cotações mais favoráveis que as observadas ao final de 2018. A exceção ficou a cargo da taxa de câmbio, cuja cotação frente ao dólar americano indicou ligeira desvalorização da moeda brasileira (aproximadamente 1,0%). Entretanto, vale notar que todos os ativos apresentaram dinâmica semelhante ao longo do período, pois registraram

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

cotações muito mais favoráveis no início do 1T19 que as verificadas ao seu final. Ou seja, houve tendência generalizada de melhora nos preços dos ativos financeiros na largada do ano, seguida de movimentos de realização de lucros à medida em que os meses se passaram. Na maior parte dos casos, a piora das cotações não foi suficiente para reverter seu movimento inicial de melhora. Porém, o desempenho dos preços dos ativos financeiros poderia ter sido mais favorável que o observado. O Banco RCI Brasil avalia que tantos fatores domésticos quanto internacionais foram responsáveis por esta trajetória registrada pelas cotações dos ativos financeiros nos primeiros três meses de 2019.

Do ponto de vista internacional, o Banco RCI Brasil entende que o recrudescimento das tensões derivadas da chamada “Guerra Comercial” entre China e Estados Unidos tiveram papel relevante neste processo de reversão dos preços dos ativos financeiros brasileiros que o agravamento deste embate pode gerar efeitos colaterais nocivos para o restante das economias mundiais, inclusive a brasileira. Além disso, o Banco RCI Brasil sublinha que as evidências de que ambas as economias possam estar passando por um processo de desaceleração econômica mais intensa do que se imaginava anteriormente trouxeram nervosismo aos investidores internacionais e provocaram piora na avaliação de riscos percebidos na economia mundial – quadro que ajudou a pressionar tanto a taxa de câmbio brasileira quanto as cotações de credit-default-swaps (CDS) do país. O Banco RCI Brasil também acha importante destacar que o impasse nas negociações relativas à conclusão do Brexit – processo de saída da União Europeia por parte do Reino Unido – e a sinalização dada pelo Banco Central Europeu de que estenderá os estímulos monetários na região por um período superior ao anteriormente imaginado serviram de reforço à perspectiva generalizada de que a economia mundial enfrentará um período prolongado de baixo crescimento econômico. Na visão do Banco RCI Brasil, este quadro menos auspicioso para a economia mundial acabou também influenciando no processo de reversão das cotações dos ativos financeiros brasileiros.

Já no ambiente doméstico, o início de 2019 foi marcado pela inauguração de uma nova administração federal, fator que reforçou o processo de recuperação dos indicadores de confiança empresarial e de consumidores e que deu origem a um clima de otimismo entre os agentes econômicos com o avanço das reformas estruturais que o país necessita. Na visão do Banco RCI Brasil, estes foram os motivos domésticos que contribuíram para a melhora substancial observada nos preços dos ativos financeiros no início do 1T19. Entretanto, à medida em que a complexidade para aprovação das reformas foi ficando mais nítida – dificuldades nas negociações com um Congresso cada vez mais partidariamente fragmentado, dificuldades na organização inicial do novo Governo, ansiedade popular com a materialização de resultados, etc – o otimismo inicial foi dando lugar a um sentimento de cautela. Na esteira desta transformação, o Banco RCI Brasil entende que a concretização de um movimento de realização de lucros foi algo natural e chama a atenção para o fato de que a amplitude dos preços dos ativos não pode ser caracterizada como indicativa de uma situação crítica.

Para além do ambiente político observado, o Banco RCI Brasil também constatou uma nova rodada de frustração com o desempenho dos indicadores de atividade econômica, que gerou uma onda de revisões e reduções nas projeções de crescimento do PIB para 2019. O Banco RCI Brasil também acabou por recalcular sua projeção de desempenho da economia brasileira para este ano e, ao invés de trabalhar com uma expectativa de expansão de 3,0% para o PIB de 2019, agora considera ser provável que a economia do país avançará 2,3% neste ano. A manutenção de um ritmo mais gradual de crescimento acabou por reforçar a dinâmica favorável dos índices de preços, com as medidas subjacentes de inflação sinalizando amplo conforto para cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para os próximos anos. Diante deste quadro, o Banco RCI Brasil entende que tenha acontecido ampliação do prazo em que o Banco Central do Brasil poderá manter a taxa básica de juros no atual patamar de 6,50% a.a. sem prejuízo à sua missão de manter a dinâmica inflacionária compatível com a convergência da inflação corrente para as metas. Desta maneira, o Banco RCI Brasil passou a considerar

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

que a meta da taxa Selic deverá permanecer inalterada até o final de 2020 – anteriormente a indicação parecia ser de que manter-se-ia estável até a primeira metade do próximo ano.

Estas baixas projeções para as taxas de crescimento, inflação e de juros efetuadas pelo Banco RCI Brasil têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. O Banco RCI Brasil reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo recém empossado em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Nota 27.a), do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017, nos termos da Resolução CMN nº 4.588/2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo de 31 de março de 2019, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de maio de 2019.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo



permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº -. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 31 de março de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias” acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		5.052.361	5.025.053
Disponibilidades	4	39.950	36.872
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	50.008	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		50.008	-
Relações Interfinanceiras	6	424.218	422.830
Depósitos no Banco Central		424.218	422.830
Operações de Crédito		4.356.711	4.380.077
Setor Privado	8.c	4.201.920	4.169.655
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	220.290	279.282
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(65.499)	(68.860)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.515)	(2.929)
Setor Privado	8.a	110.169	109.899
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(107.885)	(108.031)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(4.799)	(4.797)
Outros Créditos		130.083	151.584
Créditos Tributários	9.a	82.470	84.459
Rendas a Receber		4.793	3.073
Diversos	10	42.820	64.052
Outros Valores e Bens		53.906	36.619
Outros Valores e Bens		3.876	6.304
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		50.042	30.327
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.804.208	4.540.191
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		828.412	712.262
Carteira Própria	5.a	827.415	712.262
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	997	-
Operações de Crédito		3.550.580	3.394.257
Setor Privado	8.c	3.575.345	3.367.543
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	46.387	93.797
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(71.152)	(67.083)
Operações de Arrendamento Mercantil		3.004	3.197
Setor Privado	8.a	194.530	184.193
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(184.168)	(174.031)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(7.358)	(6.965)
Outros Créditos		422.154	419.762
Créditos Tributários	9.a	212.920	220.366
Diversos	10	209.234	199.396
Outros Valores e Bens		58	10.713
Despesas Antecipadas		58	10.713
Permanente		1.875.591	1.866.348
Imobilizado de Uso	11	2.319	1.687
Outras Imobilizações de Uso		4.295	3.562
(Depreciações Acumuladas)		(1.976)	(1.875)
Imobilizado de Arrendamento	12	1.872.390	1.863.625
Bens Arrendados		1.820.884	1.811.384
Superveniência de Depreciação		733.751	747.626
(Depreciações Acumuladas)		(682.245)	(695.385)
Intangível	13	882	1.036
Outros Ativos Intangíveis		5.648	5.648
(Amortizações Acumuladas)		(4.766)	(4.612)
Total do Ativo		11.732.160	11.431.592

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		3.856.944	4.115.859
Depósitos	14.a	638.087	1.021.415
Depósitos à Vista		6.653	6.488
Depósitos Interfinanceiros		631.434	1.014.927
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.228.826	1.958.924
Recursos de Aceites Cambiais		539.295	563.849
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.689.531	1.395.075
Outras Obrigações		990.031	1.135.520
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.640	3.449
Sociais e Estatutárias		759	64.085
Fiscais e Previdenciárias	15	20.699	32.974
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	138.246	150.569
Diversas	16	824.687	884.443
Passivo Exigível a Longo Prazo		6.638.763	6.126.776
Depósitos	14.a	2.093.232	1.865.217
Depósitos Interfinanceiros		2.091.446	1.865.217
Depósitos a Prazo		1.786	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	3.177.765	2.881.861
Recursos de Aceites Cambiais		782.077	755.047
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.395.688	2.126.814
Outras Obrigações		1.367.766	1.379.698
Fiscais e Previdenciárias	15	184.247	187.198
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	83.710	66.831
Diversas	16	1.099.809	1.125.669
Patrimônio Líquido	18	1.236.453	1.188.957
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		234.269	234.269
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(21.013)	(30.537)
Lucros Acumulados		37.972	-
Total do Passivo		11.732.160	11.431.592

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Receitas da Intermediação Financeira		387.753	387.896
Operações de Crédito		273.106	270.722
Operações de Arrendamento Mercantil		123.453	125.985
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		19.537	22.238
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	(34.722)	(36.494)
Resultado das Aplicações Compulsórias		6.379	5.445
Despesas da Intermediação Financeira		(276.901)	(261.792)
Operações de Captação no Mercado		(125.542)	(108.232)
Operações de Arrendamento Mercantil		(111.216)	(106.359)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(40.143)	(47.201)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		110.852	126.104
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(57.184)	(51.576)
Receitas de Prestação de Serviços		2.238	2.258
Rendas de Tarifas Bancárias	20	22.559	19.149
Despesas de Pessoal		(9.833)	(7.927)
Outras Despesas Administrativas	21	(52.802)	(40.663)
Despesas Tributárias		(8.086)	(8.424)
Outras Receitas Operacionais	22	16.356	10.891
Outras Despesas Operacionais	23	(27.616)	(26.860)
Resultado Operacional		53.668	74.528
Resultado não Operacional	24	12.460	7.332
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		66.128	81.860
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(27.403)	(37.995)
Provisão para Imposto de Renda		(12.678)	(15.655)
Provisão para Contribuição Social		(12.045)	(18.500)
Ativo Fiscal Diferido		(2.680)	(3.840)
Participação dos Empregados no Lucro		(753)	(649)
Lucro Líquido		37.972	43.216
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		93.990	106.970

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	<u>Reservas de Lucros</u>				Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(3.151)	-	(3.151)
Lucro Líquido	-	-	-	-	43.216	43.216
Saldos em 31 de março de 2018	985.225	38.114	97.602	(43.822)	43.216	1.120.335
Mutações no Período	-	-	-	(3.151)	43.216	40.065
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985.225	49.145	185.124	(30.537)	-	1.188.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	9.524	-	9.524
Lucro Líquido	-	-	-	-	37.972	37.972
Saldos em 31 de março de 2019	985.225	49.145	185.124	(21.013)	37.972	1.236.453
Mutações no Período	-	-	-	9.524	37.972	47.496

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		37.972	43.216
Ajustes ao Lucro Líquido		153.479	165.043
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	40.143	47.201
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(690)	2.595
Depreciações e Amortizações		255	247
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	4.730	11.853
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(1.392)	(2.549)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(783)	(663)
Insuficiência de Depreciação	12	13.875	4.270
Depreciação de Bens Arrendados		97.341	102.089
Variações em Ativos e Passivos		(561.059)	(141.743)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos		(94.894)	(112.958)
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(312.649)	(246.152)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		(1.388)	(37.033)
Redução em Outros Créditos		11.849	6.402
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(9.060)	1.306
(Redução) Aumento em Depósitos		(155.313)	324.882
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		39.076	(35.585)
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	(1)
Impostos Pagos		(38.680)	(42.604)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(369.608)	66.516
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(764)	(23)
Alienação de Imobilizado de Uso		31	-
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(733)	(23)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		895.242	334.144
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(409.541)	(358.478)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(62.274)	(30.600)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		423.427	(54.934)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		53.086	11.559
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	36.872	47.776
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	89.958	59.335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018	
Receitas da Intermediação Financeira		387.753	387.896	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		24.797	21.407	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(40.143)	(47.201)	
Outras Receitas (Despesas)		1.199	(8.637)	
Despesas da Intermediação Financeira		(236.758)	(214.591)	
Insumos de Terceiros		(52.225)	(39.702)	
Serviços de Terceiros		(14.679)	(13.491)	
Outros		(37.546)	(26.211)	
Valor Adicionado Bruto		84.623	99.172	
Retenções:				
Depreciações e Amortizações		(255)	(247)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		84.368	98.925	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		9.126	7.377	10,8%
Remuneração		6.480	5.390	7,5%
Benefícios		1.696	1.177	
FGTS		722	484	
Outras		228	326	
Impostos, Taxas e Contribuições		36.949	47.618	43,8%
Federais		34.308	44.756	48,1%
Municipais		2.641	2.862	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		321	714	0,4%
Remuneração de Capitais Próprios		37.972	43.216	45,0%
Reinvestimentos de Lucros		37.972	43.216	43,7%
Total		84.368	98.925	100,0%

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 31 de março de 2019 na reunião realizada em 13 de maio de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a “*hedge*” ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de “*hedge*” contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“*hedge*”) podem ser classificados como:

I - “*Hedge*” de risco de mercado; e

II - “*Hedge*” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” e os respectivos objetos de “*hedge*” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

k) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 14).

l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Trimestrais.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre o Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

p) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

q) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2018	31/12/2017
Disponibilidades	39.950	36.872	44.333	5.765
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.008	-	15.002	42.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.008	-	15.002	42.011
Total	89.958	36.872	59.335	47.776

As informações relativas a 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	827.458	(43)	827.415	712.262
Títulos Públicos	163.528	(43)	163.485	161.047
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	163.528	(43)	163.485	161.047
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	663.930	-	663.930	551.215
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	587.373	-	587.373	477.056
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	9.622	-	9.622	11.786
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	66.935	-	66.935	62.373
Total de Títulos e Valores Mobiliários	827.458	(43)	827.415	712.262
Derivativos - Ativo	5	992	997	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo	827.463	949	828.412	712.262
Derivativos - (Passivo)	(144.858)	(77.098)	(221.956)	(217.400)

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

II) Abertura por Vencimento

	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	173.107	654.308	827.415
Títulos Públicos	163.485	-	163.485
LFT	163.485	-	163.485
Títulos Privados	9.622	654.308	663.930
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	587.373	587.373
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	9.622	-	9.622
FIDC RN Brasil ⁽³⁾	-	66.935	66.935
Total	173.107	654.308	827.415

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

(2) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é maio de 2020, conforme seu regulamento.

(3) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de duração do FIDC é de 50 anos, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/03/2019	31/12/2018
Ativo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Receber	263	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	734	-
Total	997	-
Passivo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	9.465	8.891
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	212.491	208.509
Total	221.956	217.400

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2019			31/12/2018		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Negociação						
Ativo						
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	855.000	879.510	879.377	55.000	71.591	71.734
Passivo						
Taxa de Juros Pré - Reais	(855.000)	(888.580)	(888.579)	(55.000)	(78.970)	(80.625)
"Swap" - Negociação	-	(9.070)	(9.202)	-	(7.379)	(8.891)

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002 e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil, possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre julho de 2015 a junho de 2018 e os vencimentos ocorrerão entre julho de 2018 e abril de 2022.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. No período findo em 31 de março de 2019, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$34.722 (31/03/2018 - R\$36.494).

	31/03/2019			31/12/2018		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.815.000	5.201.819	5.217.855	4.799.000	5.153.469	5.170.470
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.815.000	5.201.819	5.217.855	4.799.000	5.153.469	5.170.470
Passivo	(4.815.000)	(5.337.602)	(5.429.612)	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.815.000)	(5.337.602)	(5.429.612)	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(135.783)	(211.757)	-	(115.864)	(208.509)

Estratégias	31/03/2019			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.815.000)	(5.337.602)	(5.429.612)	(5.757.461)

Estratégias	31/12/2018			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	(5.736.154)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de swap ativos corresponde a um débito no valor de R\$35.679 (31/12/2018 - R\$52.350) e está contabilizado no patrimônio líquido.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos

	Valor da Curva			Total	Total
	31/03/2019	31/12/2018			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses		
"Swap"	72.819	806.691	-	879.510	71.591
Operações de Hedge	1.101.122	1.592.892	2.507.805	5.201.819	5.153.469
Total	1.173.941	2.399.583	2.507.805	6.081.329	5.225.060

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as contrapartes das operações com derivativos são instituições financeiras.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$424.218 (31/12/2018 - R\$422.830) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de março de 2019, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(449)	(9.136)	(17.963)
Total ⁽¹⁾		(449)	(9.136)	(17.963)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

a) Carteira de Arrendamento

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	989.467	947.360
Arrendamentos a Receber	304.699	294.092
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	684.768	653.268
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(292.053)	(282.062)
Valores Residuais a Balancear	(684.768)	(653.268)
Outros Valores e Bens	1.102	792
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.872.390	1.863.625
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.118.102)	(1.139.877)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	768.036	736.570

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$221.431 (31/12/2018 - R\$210.790).

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vencidas	10.507	4.553
A Vencer:		
Até 1 Ano	360.193	361.706
De 1 a 5 Anos	616.582	579.037
Acima de 5 Anos	2.185	2.064
Total	989.467	947.360

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vencidas	4.753	4.332
A Vencer:		
Até 1 Ano	335.232	332.280
De 1 a 5 Anos	427.081	399.049
Acima de 5 Anos	970	909
Total	768.036	736.570

c) Carteira de Créditos

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.305.269	1.408.495
Financiamentos - CDC Veículos	6.471.996	6.128.703
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	266.677	373.079
Total	8.043.942	7.910.277

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vencidas	54.524	47.953
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.762.518	2.095.962
De 3 a 12 Meses	2.659.692	2.352.975
De 1 a 5 Anos	3.564.177	3.410.329
Acima de 5 Anos	3.031	3.058
Total	8.043.942	7.910.277

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No período findo em 31 de março de 2019, não houve cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's) referente a financiamento de veículos (31/12/2018 - R\$264.741). Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente das operações cedidas era de R\$236.085.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/03/2019	31/12/2018
Indústria	52.394	51.975
Comércio	1.439.293	1.550.423
Instituições Financeiras	865	969
Serviços e Outros	340.029	348.278
Pessoas Físicas	6.978.377	6.694.253
Agricultura	1.020	949
Total	8.811.978	8.646.847

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/03/2019	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão Total
AA	-	401.330	-	401.330	-	-	-
A	0,5%	7.230.753	-	7.230.753	36.154	20.742	56.896
B	1%	472.926	211.955	684.881	6.849	-	6.849
C	3%	186.968	121.525	308.493	9.255	11	9.266
D	10%	44.790	33.080	77.870	7.787	10	7.797
E	30%	22.125	22.951	45.076	13.523	-	13.523
F	50%	91	11.701	11.792	5.896	-	5.896
G	70%	59	10.613	10.672	7.470	-	7.470
H	100%	291	40.820	41.111	41.111	-	41.111
Total		8.359.333	452.645	8.811.978	128.045	20.763	148.808

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2018	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão Total
AA	-	474.268	-	474.268	-	-	-
A	0,5%	6.950.692	-	6.950.692	34.753	20.735	55.488
B	1%	542.264	179.342	721.606	7.216	-	7.216
C	3%	171.388	130.671	302.059	9.062	15	9.077
D	10%	51.454	36.679	88.133	8.813	14	8.827
E	30%	29.933	18.388	48.321	14.496	-	14.496
F	50%	150	13.209	13.359	6.680	-	6.680
G	70%	59	8.236	8.295	5.807	-	5.807
H	100%	294	39.820	40.114	40.114	-	40.114
Total		8.220.502	426.345	8.646.847	126.941	20.764	147.705

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Saldo Inicial	147.705	159.353
Constituição (Reversão)	40.143	47.201
Baixas	(39.040)	(51.262)
Saldo Final	148.808	155.292
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	3.822	9.649

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018, não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldos em 31/03/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	127.165	8.817	(9.302)	126.680
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.500	830	(1.558)	7.772
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	31.740	1.522	(599)	32.663
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.656	155	-	4.811
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	576	-	(428)	148
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	71	-	(52)	19
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	35.342	-	(5.975)	29.367
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	4.308	-	(728)	3.580
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.282	302	(622)	962
Outras Provisões Temporárias	21.005	5.169	-	26.174
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	234.645	16.795	(19.264)	232.176
Prejuízos Fiscais	70.180	-	(6.966)	63.214
Total dos Créditos Tributários	304.825	16.795	(26.230)	295.390

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos		31/03/2019
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total	
2019	36.412	21.847	544	5.715	64.518	
2020	36.688	22.013	725	12.379	71.805	
2021	32.051	19.231	718	28.070	80.070	
2022	26.637	15.982	716	17.050	60.385	
2023	10.038	5.654	716	-	16.408	
2024 a 2026	1.161	696	180	-	2.037	
2027 a 2028	104	63	-	-	167	
Total	143.091	85.486	3.599	63.214	295.390	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 19 de fevereiro de 2019.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$268.092 (31/12/2018 - R\$276.336), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

10. Outros Créditos – Diversos

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	168.298	165.783
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.557	2.425
Para Interposição de Recursos Cíveis	21.966	21.358
Impostos e Contribuições a Compensar	15.918	9.536
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	35.830	61.870
Outros	2.462	2.476
Total	247.031	263.448

11. Imobilizado de Uso

			<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.702	(708)	994	791
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(101)	14	17
Sistemas de Processamento de Dados	827	(595)	232	257
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.458	(572)	886	620
Imobilizações em Curso	193	-	193	2
Total	4.295	(1.976)	2.319	1.687

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Veículos e Afins	1.820.415	1.810.873
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(682.245)	(695.385)
Superveniências de Depreciações	733.751	747.626
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	440	482
Total	1.872.390	1.863.625

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$13.875 (31/03/2018 - R\$4.270), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.648 (31/12/2018 - R\$5.648) como custo de aquisição e R\$4.766 (31/12/2018 - R\$4.612) de amortização acumulada.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

					31/03/2019	31/12/2018
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista ⁽¹⁾	6.653	-	-	-	6.653	6.488
Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	-	120.873	510.561	2.091.446	2.722.880	2.880.144
Depósitos a Prazo ⁽³⁾	-	-	-	1.786	1.786	-
Total	6.653	120.873	510.561	2.093.232	2.731.319	2.886.632

(1) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

(2) Inclui o valor de R\$1.295.814 (31/12/2018 - R\$1.297.582) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(3) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão em março de 2019 prazo de vencimento em março de 2021.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					31/03/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	88.285	451.010	782.077	1.321.372	1.318.896	
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	602.840	1.086.691	2.395.688	4.085.219	3.521.889	
Total	691.125	1.537.701	3.177.765	5.406.591	4.840.785	

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal de mínimo R\$150. Possuem data de emissão entre abril de 2016 e fevereiro de 2019 e possuem prazo de vencimento entre abril de 2019 e fevereiro de 2024.

(3) Em 31 de março de 2019, inclui o valor de R\$801.921 (31/12/2018 - R\$1.017.555) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 31 de março de 2019, inclui o valor de R\$3.659.726 (31/12/2018 - R\$3.421.017) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	183.969	186.906
Impostos e Contribuições a Pagar	10.957	33.266
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	10.020	-
Total	204.946	220.172

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2019
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	99	-	99
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	12	-	12
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	-	375	-	375
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	-	46	-	46
Superveniência de Arrendamento Mercantil	186.906	-	(3.469)	183.437
Total	186.906	532	(3.469)	183.969

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2019	58	35	11	104
2020	78	47	15	140
2021	36.742	33	11	36.786
2022	36.734	28	9	36.771
2023	36.734	28	9	36.771
2024 a 2026	73.387	7	3	73.397
Total	183.733	178	58	183.969

16. Outras Obrigações – Diversas

	31/03/2019	31/12/2018
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.118.102	1.139.877
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	31.461	32.894
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 17.b)	131.232	129.591
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	265.184	270.249
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.d)	237.148	331.820
Outras	141.369	105.681
Total	1.924.496	2.010.112

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	131.232	129.591
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	31.461	32.894
Ações Trabalhistas	12.027	11.640
Ações Cíveis	19.434	21.254
Total	162.693	162.485

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	1/01 a 31/03/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	129.591	11.640	21.254
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	2.114	387	2.229
Pagamentos	(473)	-	(4.049)
Saldo Final	131.232	12.027	19.434
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	168.298	2.557	21.966
	1/01 a 31/03/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	123.996	8.704	14.306
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	3.575	342	7.936
Pagamentos	(444)	(14)	(1.083)
Saldo Final	127.127	9.032	21.159
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	162.320	1.532	19.660

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.
- (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$13.743 (31/12/2018 - R\$13.634): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$109.533 (31/12/2018 - R\$108.489): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$45.736 para ações cíveis, R\$3.152 para ações trabalhistas e R\$144.067 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "c", "d" e "e" (31/12/2018 – R\$46.824, R\$3.460 e R\$144.393, respectivamente).

18. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			31/12/2018			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	73.264	10.990	62.274	172,53	189,78	146,65	161,31
Total	73.264	10.990	62.274				

	Em Milhares de Reais			31/03/2018			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	36.000	5.400	30.600	84,78	93,25	72,06	79,27
Total	36.000	5.400	30.600				

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 e pagamento efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2017 e pagamento efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2019 foi fixado o valor máximo de R\$6.883 (2018 - R\$5.380). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	412	400
Outras	263	265
Total	675	665

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2019 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$345 (31/03/2018 - R\$302).

b) Operações de Crédito

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 31 de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2019	31/12/2018	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Disponibilidades	39.701	36.870	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	39.701	36.870	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.008	-	516	1.259
Banco Santander ⁽³⁾	50.008	-	516	1.259
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	663.930	551.215	16.560	16.832
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	587.373	477.056	10.317	5.667
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	9.622	11.786	1.681	3.450
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	66.935	62.373	4.562	7.715
Operações de Crédito	272.332	379.533	13.794	14.993
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.409	3.045	6.124	5.106
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	367	506	1.067	1.180
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.879	2.903	6.603	8.707
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	37.805	63.964	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	228.872	309.115	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	40.623	64.943	52.985	66.007
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	29.235	50.250	42.522	50.812
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	11.388	14.693	10.268	14.977
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	15	45
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	-	-	180	173
Depósitos Interfinanceiros	(2.722.880)	(2.880.144)	(45.015)	(26.079)
Banco Santander ⁽³⁾	(2.722.880)	(2.880.144)	(45.015)	(26.079)
Recursos de Aceites Cambiais	(494.731)	(477.831)	(5.816)	(7.505)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(353.706)	(358.324)	(3.846)	(5.700)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(73.561)	(60.313)	(1.008)	(1.420)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(67.464)	(59.194)	(962)	(385)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(62.274)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	-	(37.432)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	-	(24.842)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(26.127)	(19.981)	(21.534)	(17.389)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(3.414)	(5.607)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽³⁾	(7.913)	(7.463)	(5.738)	(450)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(2.242)	(2.413)	(3.267)	(4.177)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(15.972)	(10.105)	(9.115)	(7.155)
Outras Obrigações - Diversas	(237.860)	(332.105)	(21.314)	(25.246)
Pessoal Chave da Administração	(675)	(249)	(675)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(133)	(138)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(30)	(30)	(90)	(75)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(7)	(6)	(16)	(39)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ^{(2) (9)}	(237.148)	(331.820)	(20.400)	(24.994)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 19.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Atual denominação da Prouban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	20.224	17.268
Outras	2.335	1.881
Total	22.559	19.149

21. Outras Despesas Administrativas

	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Serviços do Sistema Financeiro	6.426	8.690
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	14.679	13.491
Propaganda e Publicidade	17.996	9.579
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	3.267	4.177
Convênio Operacional RCI Banque	5.738	450
Serviços de Processamento de Dados	1.686	922
Transportes e Viagens	618	848
Outras	2.392	2.506
Total	52.802	40.663

22. Outras Receitas Operacionais

	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	-	12
Atualização de Depósitos Judiciais	1.392	2.549
Atualização de Impostos a Compensar	783	663
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	502	507
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	8.636	7.143
Outras	5.043	17
Total	16.356	10.891

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

23. Outras Despesas Operacionais

	1/01 a 31/03/2019	1/01 a 31/03/2018
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	18.316	10.065
Provisões Operacionais		
Fiscais	527	1.915
Cíveis (Nota 17.c)	2.229	7.936
Trabalhista (Nota 17.c)	387	342
Gastos com Contratos em Atraso	2.298	2.639
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	427	363
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.587	1.660
Procedimentos e Custas Processuais	866	559
Outras	979	1.381
Total	27.616	26.860

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

24. Resultado Não Operacional

	1/01 a	1/01 a
	31/03/2019	31/03/2018
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	12.632	7.351
Perdas de Capital	(172)	(19)
Total	12.460	7.332

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	1/01 a	1/01 a
	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	66.128	81.860
Participações no Lucro	(753)	(649)
Resultado antes dos Impostos	65.375	81.211
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (31/03/2018 - 25% e 20%), Respectivamente ⁽¹⁾	(26.150)	(36.545)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	305	943
Demais Ajustes	(1.558)	(2.393)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.403)	(37.995)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

26. Evento Subsequente
Destaque de Dividendos

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o destaque de dividendos no valor de R\$31.534 (R\$74,2597 para ações ordinárias e R\$81,6857 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento será realizado em até 60 dias contados a partir da data de deliberação.

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander cujo resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado nas demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

BANCO RCI BRASIL S.A.
ANEXO: DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>1/01 a</u> <u>31/03/2019</u>	<u>1/01 a</u> <u>31/03/2018</u>
Lucro Líquido	37.972	43.216
Outros Resultados Abrangentes	9.524	(3.151)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(14)	(50)
Ajuste ao Valor de Mercado	(23)	(90)
Imposto de Renda	9	40
Hedges de fluxo de caixa	9.538	(3.101)
Ajuste ao Valor de Mercado	16.671	(5.014)
Imposto de Renda	(7.133)	1.913
Resultado Abrangente	<u>47.496</u>	<u>40.065</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros EfetivosAngel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Gustavo de Sousa Santos
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Patrick Jean Michel Claude**Conselheiros Suplentes**Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Frederic Schneider
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Thomas Gregor Ilg**DIRETORIA****Diretor Presidente**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC 1SP265213/O-3

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de março de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 13 de maio de 2019.

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2019, sobre as Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 13 de maio de 2019.